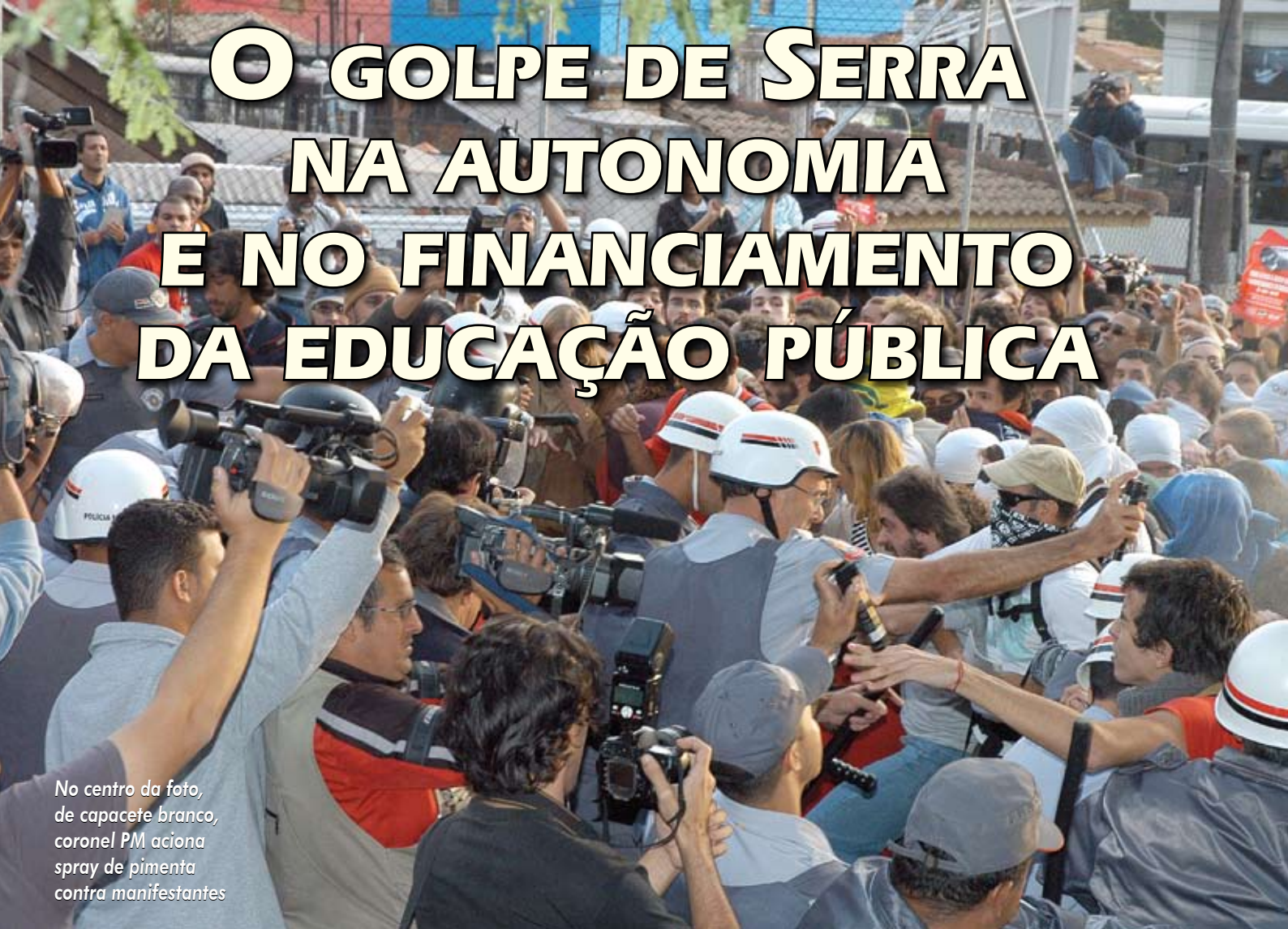


# O GOLPE DE SERRA NA AUTONOMIA E NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



No centro da foto,  
de capacete branco,  
coronel PM aciona  
spray de pimenta  
contra manifestantes

Milton Vieira do Prado Junior

Professor do Departamento de Educação Física da Unesp de Bauru

*Embora a publicação do Decreto Declaratório deva ser entendida como uma vitória do movimento de greve das três universidades, o golpe se consolidou. O governo manteve aprovada uma parte dos decretos, podendo voltar à ofensiva. Além disso, não ampliou recursos na votação da LDO. Também continuou com a expansão irresponsável, sem verbas, do ensino técnico e tecnológico, com a criação de Fatecs e ETES*

**H**istoricamente, a universidade pública é alvo de políticos em momentos eleitorais. O sistema educacional é sempre prioridade e o caminho para combater a violência, o desemprego, entre outros problemas sociais. Porém, a ênfase do discurso nas campanhas não é transformada em ações práticas quando um governo é eleito.

A questão central é o financiamento, obviamente sempre abaixo do necessário para mantermos o modelo de universidade pública e uma educação de qualidade. O Estado de São Paulo, governado há mais de uma década pelo PSDB, é um exemplo da dicotomia entre o discurso político e a prática.

Vivenciamos, no início deste novo século, um processo de expansão de vagas nas universidades públicas paulistas — projeto do governo estadual em parceria com o Cruesp — visivelmente de caráter eleitoral. A proposta de expansão da USP, Unesp e Unicamp, com a criação de novos *campi*, aumento de cursos e novas vagas, foi um dos pilares da campanha do sr. Geraldo Alckmin, em 2002, que culminou com sua reeleição. Foram liberadas, inicialmente, verbas extraordinárias não incluídas na Quota-Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-QPE), destinadas à implantação do projeto. No entanto, estes recursos do governo foram diminuídos ano a ano e não acrescentados permanentemente aos 9,57% do ICMS, destinados ao financiamento das três universidades estaduais. Isso deixou evidente

*Ficou evidente que estávamos sob processo de intervenção do governo do Estado nas três universidades estaduais, perpetrado com violência e pouco apreço às constituições Estadual e Federal*

qual era a prioridade do governo: ampliar sem aumentar o investimento.

Tal situação, denunciada pelos sindicatos vinculados ao Fórum das Seis, culminou na mobilização de professores, funcionários e estudantes, nos anos de 2004, 2005 e 2006; e na luta por mais verbas para as universidades públicas. Luta esta que não se resumia à solicitação de aumento de financiamento somente para o ensino superior, mas para todos os níveis do sistema de ensino público vinculados ao Estado: fundamental e médio, técnico e tecnológico, universitário.

Conseguimos, por dois anos consecutivos, aprovar na Assembléia Legislativa, a partir de muita pressão da comunidade, a ampliação de recursos para a educação pública, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado de São Paulo, para os anos de 2006 e 2007. No caso das universidades, a ampliação aprovada seria para 10% e 10,43%, nos dois últimos anos, respectivamente.

O que deveria ser uma conquista foi frustrado, com o veto dos governadores Geraldo Alckmin, em 2005, e Cláudio Lembo, em 2006. Lembo substituiu Alckmin durante o ano de 2006, período em que este

concorreu à eleição presidencial. É importante denunciar que o veto de Lembo ocorreu no seu último dia de mandato, quando já estava eleito o governador José Serra, que assumiu em 1º de janeiro de 2007. Obviamente, uma ação orquestrada e combinada com o novo governo.

O veto à ampliação de recursos para a universidade pública deixou transparecer qual é a política do governo do PSDB em relação à educação. Ampliação de vagas, aumento no número de alunos em salas de aulas, baixo investimento em infra-estrutura e não valorização dos servidores. Esta é a realidade que vivenciamos, hoje, nos diferentes sistemas de ensino, a partir do congelamento da vinculação de recursos à área educacional.

Este fato faria com que novamente, no ano de 2007, tivéssemos que organizar as categorias de professores, funcionários e alunos. Porém, a comunidade universitária foi mais uma vez surpreendida. No início do mandato do governador Serra, nos deparamos com a publicação de decretos que atacavam a autonomia universitária. Ficava evidente uma intervenção no Cruesp e nas finanças das três universidades públicas.





**Aparato policial breca marcha no início da Av. Morumbi, em 31/5**

No Decreto nº 51.460<sup>1</sup>, publicado no primeiro dia do novo governo estadual (01/01/2007), Serra determina, entre outras coisas, a mudança de denominação da Secretaria de Turismo para Secretaria de Ensino Superior e vincula a esta Secretaria as três universidades estaduais paulistas. No caso específico da Unesp, o arbítrio chega ao ponto de Serra exorbitar claramente das suas competências legais, decretando a extinção do vínculo entre o Centro Paula Sousa (Ceeteps) e a Unesp. Isso sem que o Conselho Universitário tenha se pronunciado a respeito e, muito menos, o Ceeteps. Independentemente do juízo que se faça deste vínculo dentro da Unesp ou do Ceeteps, é prerrogativa interna desta universidade manifestar-se acerca desta questão, e não algo que se submeta apenas à vontade do chefe do Executivo paulista.

No mesmo dia, o Decreto nº 51.461<sup>2</sup> modifica a constituição e o funcionamento do Cruesp, que

passa a ser composto pelos reitores das universidades estaduais e pelos secretários de Estado da Educação, do Desenvolvimento e do Ensino Superior, estabelecendo que este último seria o seu presidente.

No dia seguinte, o governador estabeleceu, no artigo 1º do Decreto nº 51.471<sup>3</sup>, que “ficam vedadas a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial, as fundações instituídas ou mantidas pelo Estado e as sociedades de economia mista.”

Além dessas medidas, a Secretaria de Estado da Fazenda (SF) vinha realizando reuniões entre seus técnicos e os representantes das universidades estaduais, com o objetivo de transferir a gestão dos seus recursos financeiros para a esfera do governo do Estado. Gestões estão sendo feitas no sentido de modificar a sistemática adotada desde 1996 entre o governo e as

universidades estaduais, na forma de prestação de contas — neste período, jamais contestadas pelo Tribunal de Contas — e na dinâmica da execução orçamentária das universidades. Até então, era mandado para a SF um relatório mensal *a posteriori* da realização financeira de cada uma das universidades sem que houvesse uma especificação detalhada dos pagamentos e empenhos. Cada uma das universidades podia realizar remanejamento de recursos entre as diversas rubricas do seu orçamento, exercendo, dessa forma, em sua plenitude, a autonomia financeira e orçamentária consagradas na constituição. Se as universidades estiverem no Siafem<sup>4</sup>, para que se remaneje recurso entre as rubricas, por exemplo, seria necessário um decreto do governador, o que colocaria a gestão e execução orçamentária das universidades sob a tutela do sr. Serra e, portanto, sujeita ao insaciável apetite privatizante do PSDB.

Considerando que tudo isto foi feito sem que houvesse qualquer contato ou conversa com representantes das universidades estaduais; que os decretos interferiam diretamente na gestão administrativa e financeira das instituições; que havia manifesta intenção da SF de controlar ponto a ponto a execução orçamentária, retirando da administração das universidades a prerrogativa de efetuar os remanejamentos de recursos (dentro do seu próprio orçamento) que julgarem necessários para o bom andamento das suas atividades; e, finalmente, que o atual governo está sendo, ao menos, displicente no cumprimento da Lei Or-

çamentária Anual (LOA) de 2007, já que atrasa parte dos repasses por ela determinados — ficou evidente que estávamos sob processo de intervenção do governo do Estado de São Paulo nas três universidades estaduais, perpetrado com extrema violência e pouco apreço às constituições Estadual e Federal, que asseguram autonomia de gestão administrativa e financeira às universidades públicas paulistas.

Como em outros momentos históricos, a defesa da universidade pública somente ocorre com a mobilização da comunidade universitária, pautando interna e externamente a importância destas instituições, do seu financiamento público e da autonomia. Neste período, não foi diferente. Após a publicação dos decretos, a reação da comunidade foi instantânea e de diferentes formas.

Inicialmente, os professores Alcyr Pécora e Francisco Foot Hardman, da Unicamp, através do jornal *Folha de S. Paulo*<sup>5</sup>, expuseram claramente, no artigo “Serra e o fim da autonomia universitária”, o ataque e a ação intervencionista do governador quando retira a reitora da USP, professora Suely Vilela, da presidência do Cruesp, bem como a publicação dos decretos sem o amplo debate democrático com a comunidade. Isto fez com que o secretário do Ensino Superior, sr. José Aristodemo Pinotti, tivesse que responder às críticas através de en-

trevista e artigo<sup>6</sup> no mesmo jornal, tentando justificar o injustificável.

Para um período de pouca mobilização nas universidades — férias de professores, funcionários e estudantes — este debate na imprensa foi o suficiente para o primeiro recuo do Governador, no dia 31 de janeiro, quando emitiu o decreto 51.535<sup>7</sup>, restabelecendo a presidência do Cruesp aos reitores. Além disso, no retorno das atividades, no mês de fevereiro, a polêmica estimulou a organização de reuniões, assembleias e debates na comunidade universitária, que buscava compreender o significado

*Sentindo que a situação se agravava, Serra chamou uma reunião com o Cruesp e anunciou o professor Tadeu como o novo presidente do conselho. Os reitores diminuíram os ataques e se aliaram ao discurso de Pinotti*

dos decretos e as implicações a curto, médio e longo prazos.

Nos boletins dos sindicatos do Fórum das Seis e dos DCE's, ficava evidente, mesmo antes do início do ano letivo, a necessidade da construção de uma reação, na mesma intensidade deste ataque, para barrar as intenções do governo. Estava sinalizada, portanto, a possibilidade da construção da greve.

Neste processo, um aspecto complicador da mobilização foram as declarações do então Secretário do Ensino Superior em diferentes *campi* das três universidades esta-

duais paulistas, inclusive em dois conselhos universitários, afirmando que os decretos em nada alterariam a dinâmica das universidades. Uma fala nada convincente à comunidade, visto que a retenção das verbas aprovadas no ano anterior e as reuniões das equipes técnicas das universidades com os membros da Secretaria da Fazenda e do Planejamento continuavam freqüentes, deixando cada vez mais clara a intenção do controle financeiro externo da universidade, pelo governo.

As administrações das universidades demonstravam preocupação com a situação, o que culminou com artigo do reitor da Unicamp, professor Tadeu Jorge, intitulado “A sobrevivência da autonomia universitária”<sup>8</sup>. Ele resgatava a Constituição para defender a autonomia — principalmente na questão financeira, para

justificar a manutenção da lógica administrativa até então utilizada pelos Reitores — e citava a evolução das universidades no ensino, pesquisa e extensão, no pós-autonomia. Obviamente, sentindo que a situação se agravava, o Governador chamou uma reunião com o Cruesp e anunciou o professor Tadeu como o novo presidente do conselho. Vale ressaltar que os reitores diminuíram os ataques e se aliaram ao discurso do Secretário de Ensino Superior, apontando que nada seria modificado.

Importante recordar que os pre-

sidentes dos sindicatos de professores — Adusp, Adunesp e Adunicamp — desde o final de janeiro tentaram publicar na *Folha de S. Paulo* o posicionamento da categoria, sendo que o editor do jornal argumentava que o tema não era prioridade. Porém, com o crescimento da mobilização e ampliação dos rumores de greve, conseguimos a publicação do artigo em meados de abril, com o título “Autoritarismo e fragmentação da educação”<sup>9</sup>. Denunciávamos, logo no início, que a preocupação era pelo que estava escrito nos decretos, mas também pelo que omitiam. Quais eram as reais intenções destas medidas autoritárias? Era evidente a fragmentação da área da educação (as universidades ficam na Secretaria de Ensino Superior; a educação básica na Secretaria da Educação; o Ce-

eteps, com suas escolas técnicas e faculdades de tecnologia, na Secretaria de Desenvolvimento) e o controle financeiro. Porém, não era esperado de um ex-professor do sistema universitário paulista este ataque.

O protocolo da pauta unificada de reivindicações pelo Fórum das Seis, no dia 17 de abril, junto ao presidente do Cruesp, e a paralisação das atividades nas universidades no dia 25 de abril, em conjunto com o funcionalismo, denunciando a reforma da previdência em nível estadual (SPPrev), em discussão

na Assembléia Legislativa — outro ataque do governo Serra ao funcionalismo público, inclusive das universidades — foram momentos decisivos para o lançamento da palavra de ordem “Derrubar os decretos!”. Porém, foi através do envolvimento, mobilização e disposição para a luta do movimento estudantil, que se reorganizou pela base, que as intenções se transformaram em luta.

O não comparecimento da Reitora da USP, no dia 3 de maio, a um debate sobre autonomia universitária, chamado pelos estudantes, deflagrou o movimento de ocupação

*O mês de maio foi marcado por um amplo debate sobre autonomia universitária e o ataque do governo, em todos os meios de comunicação na capital e no interior*

da Reitoria daquela universidade e culminou na greve unificada das três categorias nas universidades públicas. O mês de maio foi marcado por um amplo debate sobre autonomia universitária e o ataque do governo Serra, em todos os meios de comunicação na capital e no interior. O governo tentava criminalizar o movimento; porém, o aumento da greve, o esclarecimento da opinião pública sobre o que representavam os decretos, a força dos estudantes nas ocupações por todo o Estado e as manifestações de rua, tudo isso gerou o maior movimento

de greve nas três universidades.

Numa tentativa de quebrar a unidade do movimento, em reunião com o Fórum das Seis, os reitores oferecem a reposição da inflação, ou seja, parte da reivindicação salarial das categorias na campanha salarial. Contudo, foi aprovado nas assembleias que o foco principal nesta campanha seria o governo Serra, com a derrubada dos decretos, contra a SPPrev e a luta por mais recursos na LDO. Portanto, mesmo com a negociação, a greve se fortaleceu, culminando na organização de uma grande marcha no dia 31 de maio, da frente da Reitoria da USP, naquele momento ocupada por estudantes e funcionários, até o Palácio do Governo.

A força do movimento fez com que o governo Serra recuasse. A divulgação da marcha e ato em frente ao Palácio levou-

o a assinar, um dia antes, o **Decreto Declaratório nº 1**, publicado no *Diário Oficial* no dia 31 de maio, reescrevendo parte dos decretos anteriormente publicados, avançando em relação à manutenção da autonomia das universidades.

Embora não tenha sido a revogação dos decretos anteriores na íntegra, esta nova figura de decreto (nunca existiu um decreto declaratório!) destacou: a) a autonomia financeira das universidades com a manutenção da verba em contas na Nossa Caixa para cada universidade, embora com a publicação diária



no Siafem, como previsto no decreto 51.636 (o que o movimento também defende, visando a transparência na aplicação dos recursos); b) possibilidade de remanejamento de verbas como ocorria anteriormente; c) a não aplicabilidade às universidades dos decretos 51.471, 51.473 e 51.660, que vedavam a contratação de pessoal e contingenciavam verbas; d) a não subordinação das universidades à Comissão de Política Salarial, reconhecendo a negociação salarial entre o Fórum e o Cruesp; e) modificação da redação de alguns pontos do decreto 51.461 (que criou a Secretaria do Ensino Superior), retirando a expressão “pesquisa operacional” e reafirmando a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão; f) a manutenção da idéia de “formas alternativas de formação em nível superior”, porém, garantindo a deliberação interna na universidade; g) a supressão dos artigos 20 e 24 do decreto 51.461, que apontavam a ingerência da Secretaria do Ensino Superior nas universidades, quando define as atribuições e competências desta pasta.

Sem dúvida nenhuma, a publicação do Decreto Declaratório necessita ser entendida como vitória do movimento de greve das três universidades. Além disso, a publicação antes da nossa marcha do dia 31 de maio foi uma tentativa de desmobilização e de desqualificação da continuidade da greve, visto que administrativamente algumas das reivindicações dos Reitores foram atendidas. Porém, a manutenção dos decretos 51.460, 51.461 e 51.636 preserva a intenção política



Milhares de manifestantes nas ruas do Butantã: resistir é preciso

de: a) fragmentação dos diferentes níveis de ensino; b) ferir a autonomia universitária quando deixa em secretarias diferentes o Centro Paula Souza e a Unesp, quebrando o vínculo entre ambos por decreto; c) manter a criação da Secretaria de Ensino Superior e, com a retirada dos artigos 20 e 24, não fica clara qual a relação política, educacional e administrativa com USP, Unesp e Unicamp; d) omitir como será o financiamento desta Secretaria.

Portanto, todas estas dúvidas, que ainda permanecem, justificaram a realização da maior passeata das três universidades públicas paulistas, no dia 31 de maio, com mais de 8.000 pessoas entre professores, funcionários e estudantes, que demonstraram unidade na luta em defesa da autonomia e por mais recursos para o financiamento das universidades. No entanto, mais uma vez ficou provado como o governo Serra pretende agir em relação aos servidores públicos e, em especial, com a comunidade das

três universidades públicas. Um aparato policial, que nos lembrava o período da Ditadura, interrompeu uma marcha pacífica de professores, funcionários e estudantes, interditando uma das vias de acesso à cidade de São Paulo, tentando desqualificar nossa manifestação. Mas a imprensa entendeu de que lado estava à intransigência.

Vale ressaltar que em nenhum momento o governo recebeu o Fórum das Seis para a negociação, demonstrando uma postura antidemocrática e descaso com o movimento organizado das universidades.

Principalmente na categoria docente, a publicação do Decreto Declaratório gerou a sensação de vitória e de que este recuo do governo já minimizava ou até mesmo esvaziava o ataque do Governo à autonomia das universidades. Tal fato levou a um recuo progressivo na greve. Mesmo assim, o movimento perdurou nas universidades durante todo o mês de junho, com os estudantes mantendo as ocupa-

ções e defendendo a revogação total dos decretos, mais verbas para as universidades públicas, ampliação da política de permanência estudantil, além da pauta específica diferenciada dos estudantes nas três universidades.

Com este quadro, fomos surpreendidos com a interrupção, em 18 de junho, das negociações entre o Fórum e o Cruesp e, lamentavelmente, com a ação policial da tropa de choque na desocupação do prédio da diretoria no *campus* de Araraquara da Unesp. Polícia no *campus* universitário foi o cenário marcante nesta etapa final, que consolidou a volta dos tempos de Ditadura e intervenção nas universidades públicas, protagonizados pelo governo Serra e, por não terem se oposto, com o aval dos reitores.

Entre as manifestações de repúdio à invasão policial do *campus* de Araraquara, finalização da ocupação das reitorias da USP e Unicamp, mobilização contra a criminalização do movimento e tentativas de retomada de negociação com o Cruesp, o movimento foi surpreendido com a apresentação do relatório da LDO-2008, que não propunha nenhuma ampliação de recursos para as universidades e nem garantias de verbas extra Quota-Parte de ICMS para suprir os gastos com a finalização do projeto de expansão de vagas.

A LDO foi aprovada com uma velocidade nunca vista na Assem-

bléia Legislativa, na seqüência da aprovação da SPPrev. Ou seja, o governo possui a maioria absoluta e deixou claros, nesta votação, quais são os planos para as universidades e o sistema educacional como um todo: congelar ou diminuir o investimento e retirar direitos dos trabalhadores.

Dentro desta perspectiva, o golpe se consolidou. O governo desviou a atenção da comunidade em relação aos decretos, porém, manteve aprovada uma parte destes, podendo a qualquer momento voltar à ofensiva. Além disso, não ampliou recursos na votação da LDO

*A LDO-2008 foi aprovada com velocidade inédita na Assembléia Legislativa, após aprovação da SPPrev. O governo deixou claros seus planos para o sistema educacional: congelar ou diminuir o investimento e retirar direitos*

e, portanto, não se desgastou com a necessidade de vetar o aumento do financiamento como nos últimos anos. Também continuou com a expansão irresponsável, sem verbas, do ensino técnico e tecnológico, com a criação de Fatecs e ETEs, bem como retirou do cargo de secretário de Ensino Superior o sr. Pinotti, colocando em seu lugar o professor Carlos Vogt.

As ações que se seguiram aos decretos demonstraram a inequívoca intenção deste governo de suprimir as conquistas do povo desse Estado, que foi capaz de construir

universidades que, associando ensino, pesquisa e extensão, constituem motivo de orgulho e reconhecimento. Formam profissionais de alta qualificação, produzem o conhecimento científico e tecnológico imprescindível para o desenvolvimento do Estado e do país, prestam serviço de excelência à comunidade paulista e auto-administram os seus recursos com autonomia. Portanto, atacar a autonomia é não cumprir com o discurso de campanha, de educação de qualidade para o Estado, e não manter um patrimônio referendado socialmente.

A ameaça às universidades públicas paulistas continua e, portanto, a necessidade da luta permanece. Um dos aspectos positivos neste movimento foi a rearticulação do movimento estudantil combativo. Esperamos que se consolide e, de forma articulada com o movimento dos funcionários e docentes, continue na luta por uma educação de qualidade para todos, com financiamento público.

### Notas

- 1 Documento disponível na página [www.adunesp.org.br](http://www.adunesp.org.br), consultado em 10/09/2007.
- 2 Documento disponível na página [www.adunesp.org.br](http://www.adunesp.org.br), consultado em 10/09/2007.
- 3 Documento disponível na página [www.adunesp.org.br](http://www.adunesp.org.br), consultado em 10/09/2007.
- 4 Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado e dos Municípios de São Paulo.
- 5 *Jornal Folha de S. Paulo*, Tendências e Debates, dia 24 de janeiro de 2007.
- 6 *Jornal Folha de S. Paulo*, Tendências e Debates, dia 26 de janeiro de 2007.
- 7 Documento disponível na página [www.adunesp.org.br](http://www.adunesp.org.br), consultado em 10/09/2007.
- 8 *Jornal Folha de S. Paulo*, Tendências e Debates, dia 1º de fevereiro de 2007.
- 9 *Jornal Folha de S. Paulo*, Tendências e Debates, dia 11 de abril de 2007.